

1 **REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CMDCA, DE 28 de março de 2006**, realizada na sede
2 do CMDCA tendo seu início às 15:35, sendo presidida pelo Presidente do CMDCA, Jairo
3 Pereira Leite. Estiveram presentes os conselheiros titulares: Carolina Freire de C. de Carvalho,
4 Lincoln César Moreira, Jairo Pereira Leite, Maria Ap. Mansur S. Lima, , Ligia Costa Kaysel, , e
5 suplentes: Carlos Roberto de Oliveira, Marcos César Gomes e Rosemeire da S. Raymundo. As
6 conselheiras Maria Nildes, Maria Ap. C. da R. F. de A. Moura e Rachel Ap. Bueno da Silva
7 justificaram e a conselheira Maria Fernanda Haddad encontra-se em licença maternidade. Jairo
8 inicia a reunião lendo o Primeiro Ponto de Pauta: Imposto de Renda-CPFL Liberação: A CPFL
9 depositou, em janeiro de 2006, no FMDCA o recurso de R\$280.000,00 (duzentos e oitenta mil
10 reais) destinando-o para várias entidades, sendo: AFAGAI R\$10.000,00 (dez mil reais); Assoc.
11 Esp. Lar Caminho Feliz R\$30.000,00 (trinta mil reais); Assoc. Douglas Andreani R\$15.000,00
12 (quinze mil reais); Círculo Amigos Menor Patrulheiro de Campinas R\$6.000,00 (seis mil reais);
13 CEDAP R\$30.000,00 (trinta mil reais); Centro Ass. Cândida Pq. Martins - Creche Santa Rita de
14 Cássia R\$40.000,00 (quarenta mil reais); Centro Sócio-Educativo Semente Esperança
15 R\$30.000,00 (trinta mil reais); CEPROMM R\$9.000,00 (nove mil reais); CRAISA R\$10.000,00
16 (dez mil reais); Creche Ilce da Cunha Henry R\$20.000,00 (vinte mil reais); FEAC-Ame a Vida
17 sem Drogas R\$50.000,00(cinquenta mil reais); Pró-Visão R\$30.000,00 (trinta mil reais). Posto
18 em Votação: Aprovada a liberação dos recursos da CPFL. Ainda no ponto de recursos do
19 FMDCA-janeiro, o FMDCA identificou R\$4.882,76 (quatro mil, oitocentos e oitenta e dois
20 reais) destinados por diversas pessoas físicas e jurídicas para algumas entidades registradas no
21 CMDCA (anexo –destinações eventuais ao FMDCA-janeiro 2006). E o FMDCA também
22 identificou R\$2.039,35 (dois mil e trinta e nove reais e trinta e cinco centavos) destinados por
23 diversas pessoas físicas e jurídicas para algumas entidades registradas no CMDCA (anexo –
24 destinações eventuais ao FMDCA-fevereiro 2006). Posto em votação: Recursos identificados
25 janeiro e fevereiro aprovados liberação. Segundo Ponto de Pauta: Imposto de Renda-Petrobrás-
26 Liberação: Existem R\$369.366,24 (trezentos e sessenta e nove mil, trezentos e sessenta e seis
27 reais e vinte e quatro centavos) na conta FMDCA-Petrobrás, destinados ao Programa Municipal
28 de Combate e Enfrentamento à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. A conselheira
29 Lígia, coordenadora da comissão de ESSCA traz a proposta de se aprovar a política de combate
30 à ESCCA e aprovação de recurso para três entidades envolvidas nas ações executoras: CRAMI,
31 CEPROMM e TABA. Ela esclarece que a política prevê: 8 educadores de rua, 4 arte-educadores
32 e 4 duplas psicossociais (psicóloga e assistente social), ressalta ainda que a comissão manterá o
33 papel de fiscalização e que o monitoramento das ações era feito pela CSAC (SMCTAIS).
34 Josiane (coordenadora do Programa em 2005), aponta que a avaliação das ações virá como
35 ponto de pauta para discussão do colegiado. Lígia propõe que se aprove a proposta trazida pela
36 comissão, menos os R\$ 11.690,00 (onze mil, seiscentos e noventa reais)- que seriam para
37 coordenação e saldo restante-, para as entidades poderem resolver questões trabalhistas.
38 Ressalta a urgência da liberação deste recurso pois os educadores do CEPROMM não
39 interromperam suas ações. Cássia (CEPROMM) aponta que foi falha da comissão ESCCA não
40 encaminhar relatório para o colegiado do CMDCA, pois este Programa está no Plano Plurianual
41 da SMCTAIS e a CSAC vai fazer monitoramento. Lincoln solicita que a SMCATAIS nos
42 formalize que esta ação é política pública da SMCTAIS, e solicita também o Relatório de
43 Gestão e os relatórios das entidades executoras das ações em 2005, com avaliações e
44 proposituras para 2006 sejam encaminhados para o CMDCA , para em reunião ordinária de
45 abril, este colegiado libere os recursos para o Programa Municipal de Combate e Enfrentamento
46 à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. Marici aponta também para a importância da
47 síntese do relatório todo e metas para 2006 e sugere que se libere o recurso hoje, dando um
48 prazo para a entrega do relatório. Lígia então propõe que a comissão irá se reunir para elaborar
49 esta síntese e repensar o papel da coordenação do Programa para 2006, quanto à questão do
50 pagamento pela ação de coordenação e trará matéria para discussão na ordinária de abril; porém,
51 solicita que seja liberada pelo menos uma parcela de R\$6229,80 (seis mil, duzentos e vinte e
52 nove reais e oitenta centavos) para o CEPROMM, que tem seus profissionais com ações
53 continuadas no programa. Depois de diversos debates construí-se como encaminhamento:
54 liberar para o CEPROMM a primeira parcela de R\$6229,80 (seis mil, duzentos e vinte e nove
55 reais e oitenta centavos), encaminhar um ofício ao Gabinete do Prefeito e ao secretário da

56 SMCTAIS solicitando posicionamento de que este Programa é Política Pública do município,
57 bem como Cópia do PPA e do Relatório de Gestão e trazer novamente esta discussão para
58 liberação na próxima reunião ordinária de 04 de abril de 2006. Posto em votação: aprovado por
59 unanimidade. Terceiro Ponto de Pauta: Centro Comunitário Jardim Santa Lúcia- Liberação de
60 Recursos Fundação Bradesco: Aprovado por unanimidade. Quarto Ponto de Pauta: FEBEM-
61 IBRADES: Carlão resgatou que a Febem havia se comprometido com o CMDCA de fazer a
62 capacitação dos técnicos em conjunto, mas essa capacitação já foi iniciada pelo IBRADES, sem
63 consulta ao CMDCA. Em visita à unidade, os conselheiros Lígia e Carlão, mais a Suzi da CSAC
64 questionaram as instalações dos banheiros que não têm porta. Carlão aponta alguns
65 encaminhamentos que devem seguir com urgência: Fazer um relatório para Febem-SP sobre a
66 necessidade de melhorias das irregularidades constatadas e proibir o início do funcionamento da
67 unidade até que se readeque, pois o CMDCA não concorda com o funcionamento da unidade
68 sem essas adequações e sem o registro no CMAS e CMDCA. O relatório deve conter também
69 que o CMDCA quer fazer emendas no Programa e solicita o compromisso de apresentação de
70 planilha de atendimento aos Conselhos Tutelares. O conselheiro tutelar Vicente, que participará
71 da Comissão de Medidas Sócio-Educativas, fez a leitura de alguns itens que o Conselho tutelar
72 propõe que sejam alterados no programa da unidade e enfatiza a necessidade do
73 encaminhamento da planilha de atendimento, e refere ter encaminhado este documento ao
74 CMDCA protocolado sob o número 254/06. Jairo disse que ouviu da Diretoria de Febem hoje,
75 na inauguração, que haverá um Conselho Gestor, e que, ele acredita que o CMDCA deveria ser
76 representado nesse conselho gestor para ter mecanismos para opinar e avaliar o programa em
77 conjunto com o conselho tutelar. Lincoln fala da falta de respeito por parte da diretoria de
78 Febem para com o CMDCA pois não cumpriu o que se comprometeu em reunião do dia 14 de
79 março. Ressalta ainda que a Febem colocou no seu site que o IBRADES tem experiência de
80 muitos anos na área, mas o documento do próprio IBRADES informa que ele foi constituído em
81 setembro de 2005; e que o CMDCA tem que assumir seu papel e exigir registro, a proposta
82 pedagógica e o cumprimento das políticas públicas do município de Campinas. Lincoln traz
83 ainda o informe de que o CONDECA não pôde receber o CMDCA-Campinas no dia 20/03 e
84 atenderá em 10/04 às 10:00 em São Paulo. Dia 03/04/2006 a Comissão de Medidas Sócio-
85 Educativas do CONDECA, região Campinas, virá para uma reunião de organização do Encontro
86 de Medidas Sócio-Educativas, que será realizado em data a definir. César traz a dúvida quanto
87 ao IBRADES estar terceirizando também para a ASCOMBRAS, e Lígia esclareceu que a
88 ASCOMBRAS existe há mais tempo e alguns funcionários saíram de lá e fundaram o
89 IBRADES como OSCIP em 2005. César pede que o CMDCA solicite esclarecimentos à PMC.
90 Lincoln propõe que se encaminhe ao Ministério Público ofício informando que o CMDCA não
91 registrou o programa da Febem. Aprovado este encaminhamento. Sexto Ponto de Pauta:
92 Conselho Tutelar-Audiência Pública sobre as novas unidades da FEBEM: Lincoln disse em
93 03/04/2006 será feita a proposta ao CONDECA para o debate na região. Sétimo Ponto de Pauta:
94 Representante do CMDCA no CME: os conselheiros indicaram a conselheira Maria Helena que
95 aceitou. Sem mais para tratar Jairo encerrou a reunião às 17:45. Esta ata foi redigida por mim,
96 Carolina Freire de Carvalho de Carvalho, primeira secretária CMDCA, em duas laudas e
97 noventa e sete linhas.....